



Trajetória da revista *Geografia* (1935-1936): o saber escolar nos primeiros anos da Associação dos Geógrafos Brasileiros

Maria Rita de Castro Lopes ¹

RESUMO

Os periódicos são uma das principais produções materiais e científica da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), publicados desde 1935. Por um longo tempo, os periódicos da AGB foram um dos principais meios de divulgação do conhecimento geográfico no país, inclusive eram utilizados nos cursos de formação de professores. Desse modo, a pesquisa investigou e analisou as produções do primeiro periódico da AGB, a revista *Geografia*, de 1935 a 1936, identificando o posicionamento da entidade e a ocorrência de continuidades e rupturas nesses periódicos em relação ao saber escolar de Geografia. Utilizou-se como referencial Ivor Goodson, no que concerne seus estudos de caráter sócio-histórico do saber escolar, e Horácio Capel para compreender a história das associações científicas.

Palavras-chave: AGB, saber escolar, revista *Geografia*.

RESUMEN

Las revistas son una de las principales producciones materiales científicas de la Asociación de Geógrafos Brasileños (AGB), publicado desde 1935. Durante mucho tiempo, las revistas de la AGB fueron uno de los principales medios de difusión del conocimiento geográfico en el país, e incluso fueron usados en cursos de formación docente. Así, la investigación analizó las producciones de la primera publicación de AGB, la revista *Geografia*, de 1935 a 1936, identificando la posición de la entidad y la ocurrencia de continuidades y rupturas en estas publicaciones periódicas en relación con el conocimiento escolar. Fue utilizado como referencia Ivor Goodson, en relación con sus estudios sobre el carácter sociohistórico del conocimiento escolar, y Horácio Capel para comprender la historia de las asociaciones científicas.

Palabras clave: AGB, conocimiento escolar, revista *Geografia*.

INTRODUÇÃO

A elite intelectual paulista que participou da fundação da Universidade de São Paulo optou por um vínculo mais estreito com a tradição intelectual francesa nas Ciências Humanas. Por meio de aliança com a diplomacia francesa, vieram professores para a

¹ Doutorado no Programa de Pós Graduação em Geografia Humana, na Universidade de São Paulo. E-mail contato: ritacastrolopes@yahoo.com.br.



construção/transformação de uma cultura local, conhecida como missão francesa. No início dos cursos da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL) da USP as bibliografias, além de serem restritas, em sua maioria eram em idiomas estrangeiros, especialmente na língua francesa. Havia um obstáculo linguístico a ser superado pelos estudantes sem proficiência em francês, tanto em relação à língua que os professores ministravam suas aulas quanto às obras literárias utilizadas nos cursos.

Aqui, pressupõe-se o quanto as produções dos periódicos da associação dos geógrafos contribuíram proporcionando uma bibliografia na língua nacional aos estudantes do curso de Geografia da FFCL-USP. Tempo depois, outros cursos surgiram e puderam usufruir dessas produções. Os periódicos produzidos pela AGB-Seção São Paulo, cujos editores eram os docentes da FFCL, catedráticos e assistentes, utilizaram essas produções para divulgar os conhecimentos que eles acreditaram ser relevantes para a formação dos estudantes de Geografia. Assim sendo, compreende-se que o currículo de FFCL formou diversos professores secundários, dialogando com os periódicos da entidade.

Desse modo, a investigação realizou uma análise das produções do primeiro periódico da AGB, a revista *Geografia*, de 1935 a 1936, identificando o posicionamento da entidade e a ocorrência de continuidades e rupturas nesses periódicos em relação ao saber escolar de Geografia. E identificou quais práticas de leitura foram incentivadas e disseminadas na revista *Geografia* e que podem ter influenciado no saber escolar, seja a partir da formação de professores ou na atuação da associação em políticas públicas.

Quando se pensa em estudar os saberes escolares de determinado período, é também necessário compreender o seu contexto, os diferentes poderes envolvidos e os interlocutores que influenciaram em sua história, os motivos pelos quais estão submetidos a diferentes influências externas – como do Estado, das universidades, das associações científicas ou profissionais e outras.

Para compreender melhor a respeito do saber escolar e da associação científica, optou-se por utilizar Ivor Goodson (2001; 2018) e Horácio Capel (1989) como referenciais teóricos. O primeiro é um pesquisador inglês que, a partir dos seus estudos de caráter sócio-histórico acerca do conhecimento e ao investigar as práticas passadas, contribui para pensarmos a escola como um espaço de produção do saber, que também mantém relação com agentes externos que podem ser responsáveis por redefinir os saberes escolares. Por exemplo, normalmente, os agentes externos são os responsáveis



por prescrever os currículos e os livros didáticos, que passam a ser considerados os saberes escolares a serem ensinados. Já Capel é um pesquisador espanhol que possui uma ampla bibliografia envolvendo a história da disciplina científica Geografia, em que se buscou uma análise a partir de diversas dimensões, como a intelectual, o conhecimento e os aspectos sociais, institucionais e da comunidade científica.

O trabalho historiográfico exige do pesquisador um olhar múltiplo para suas fontes documentais, não bastando apenas analisar o conteúdo nelas impressos. Isso porque o periódico *Geografia* da Associação dos Geógrafos Brasileiros, enquanto fontes primárias, devem ser entendidos como resultados de diferentes ações de decisões técnicas ou mesmo de posicionamento de ideias vigentes em determinado período.

Parcelas significativas dos documentos estão armazenados na própria sede da AGB Nacional/Seção São Paulo, na USP, *campus* Cidade Universitária. Existiu também a preocupação de analisar os documentos que estão no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), temos o acervo Caio Prado Júnior, especificamente no dossiê AGB, já que esse intelectual é um dos fundadores da associação e participou da comissão editorial da revista *Geografia*. E o jornal *O Estado de São Paulo* foi tomado como uma fonte secundária, que será reportada em vários momentos na pesquisa. Júlio de Mesquita, diretor-chefe do jornal, integrou o grupo que compôs o projeto de criação da USP.

A primeira parte do texto, evidenciou a trajetória da a revista *Geografia* e alguns aspectos que possibilitaram a compreensão das motivações que levaram a AGB a publicar esse periódico. Em seguida, apresentar alguns elementos e o contexto do movimento Escola Nova no país, expondo certas disputas ocorridas na educação entre membros do referido movimento com o governo federal e o papel da Geografia no currículo oficial. E, por fim, analisou-se o periódico *Geografia*, identificando seus conteúdos e suas preocupações em torno do saber escolar.

TRAJETÓRIA DA REVISTA *GEOGRAFIA*

A primeira publicação produzida pela associação foi a revista denominada simplesmente de *Geografia*, que tinha a intenção de ser trimestral. No total, foram sete publicações da *Geografia*, quatro referentes a 1935 e três a 1936, com produção e impressão em São Paulo. Nesse período, a associação ainda não tinha completado um ano de funcionamento e, por ser tão recente, tinha algumas dificuldades para se manter,



possuindo um número ainda pequeno de associados que a mobilizaram, seja participando das reuniões ou realizando pesquisas.

No edital do seu segundo volume, Pierre Deffontaines escreveu entusiasmado que o periódico estava sendo um sucesso, inclusive alguns professores do ensino secundário tiveram acesso e deram devolutiva sobre a produção (DEFFONTAINES, 1935a, p. 1).

A proposta de produção da revista *Geografia* iria além da sua qualidade técnica. Para Caio Prado Júnior, um dos responsáveis pela comissão de redação, “[...] despertará o interesse do grande público culto por assunto que para muita gente não passa do enfadonho desfilado de nomes e algarismos que se alinham nos cacetíssimos manuais escolares impingidos aos alunos de nossas escolas primárias e secundárias” (IEB, Doc. 02.02.50 e Doc. 02.02.51).

A produção da revista *Geografia* ocorreu em um momento no qual ainda eram poucas as bibliografias acerca do conhecimento geográfico do Brasil, principalmente as que eram na língua portuguesa, isso porque a ciência ainda estava se conformando no país. O acesso às obras se tornou mais difícil durante a Segunda Guerra Mundial, pois os artigos publicados sobre o Brasil na França chegavam ao país por via diplomática (AB’SABER, 1994, p. 226). Apesar da existência de algumas instituições brasileiras² que desenvolviam estudos relacionados à Geografia antes da FFCL-USP, as suas produções ainda eram tímidas. Portanto, a institucionalização da Geografia no ensino superior foi uma engrenagem significativa para o desenvolvimento, a produção e a divulgação de pesquisas na área.

No primeiro número da revista *Geografia*, Deffontaines (1935a) apresentou a AGB como uma instituição que tem sua gênese na cadeira de Geografia da USP, surgindo aos moldes da *Association de Géographie Française*, como um local acadêmico no qual os cientistas socializavam, protagonizando estudos sobre São Paulo e outras áreas do território brasileiro. O corpo editorial propunha publicações de seus associados e de outros pesquisadores nacionais ou internacionais.

A partir de 1936, Pierre Monbeig foi imbuído na missão francesa e, em seguida, assumiu a direção da associação, tendo a preocupação de circular o pensamento francês, como também de desenvolver estudos da realidade brasileira.

² Por exemplo, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, e a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro (SGRJ), de 1883.



Outro proponente importante para os agebeanos na produção de um periódico pela associação consistia na possibilidade de inserir a discussão da Geografia brasileira no âmbito das comunidades científicas internacionais, para o seu reconhecimento e das suas produções por outros centros de pesquisas.

Em 1936, observa-se o interesse da associação em se aproximar do saber escolar, a partir da criação de uma nova seção na revista *Geografia*, denominada de “Cadeira de Geografia”. Essa seção tinha a intenção de registrar as atividades desenvolvida na FFCL que possuíam alguma relação com a Geografia desenvolvida no ensino secundário.

[...] ao movimento pedagógico da geografia que ficará à cargo de professores especialistas encontrando os interessados, modelos de aulas de geographia destinados ao curso secundário. Como parte subsidiaria desta secção a revista manterá informações sobre os elementos auxiliares do ensino geographico e sua applicação: gravuras, photographias, mappas, projecções luminosas fixas e animadas etc. (*Geografia* n° 4, 1936)

Existiu apenas uma revista *Geografia* com a seção “Cadeira de Geografia”, com dois textos publicados. Para Manoel Seabra (2004), a “Cadeira de Geografia da FFCL” provavelmente foi uma proposta de Aroldo de Azevedo, assim com a criação de palestras relacionadas com o ensino de Geografia no nível secundário, com o objetivo de atrair mais os professores do ensino secundário para as reuniões da associação, rumo à formação para a aprendizagem e ao desenvolvimento da Geografia com perspectiva moderna.

Em junho de 1938, Christovam Leite Costa, secretário do Conselho Nacional de Geografia (CNG), participou de uma reunião da AGB no Instituto de Hygiene da USP, com o objetivo de tornar a revista *Geografia* um apêndice do periódico que seria lançado pelo CNG. O último número da *Geografia* tinha sido publicado em 1936 e, mesmo sem condições de dar continuidade por problemas financeiros, cordialmente os membros se manifestaram agradados com o convite, mas não se mostraram propensos a aceitá-lo. A partir do texto publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, a associação expressou que haveria um sentido de perda para a cultura paulista e para a cadeira de Geografia da FFCL-USP caso a revista fosse anexada ao novo periódico do CNG, localizado no Rio de Janeiro – isso porque, existia um desejo de hegemonia paulista. Também culpabilizaram a falta de apoio de personalidade políticas paulistas e do próprio governo de São Paulo pela paralisação da revista *Geografia* (*O Estado de São Paulo*, 12 jun. 1938, p. 13).



CONTEXTO PEDAGÓGICO

O movimento Escola Nova iniciou a sua articulação na década de 1920 e se estendeu por outras décadas, produzindo pensamentos, debates e políticas notáveis à Educação. No entanto, é preciso reconhecer que eles não se constituíram enquanto um grupo homogêneo, apesar de todos defenderem “um ‘plano de reconstrução educacional’, pelo qual o Estado prevaleceria numa ação capaz de dar ‘unidade nacional’ à educação” (BITTENCOURT, 1990, p. 24).

Desde a década de 1920, Fernando de Azevedo entendia que a educação secundária também deveria ser destinada à camada média do país, oferecendo um ensino desinteressado livre e de cultura geral, no entanto, com o objetivo de atender as necessidades de modernização da sociedade brasileira.

Parte dos intelectuais ligados ao movimento Escola Nova atuaram nas políticas educacionais dos governos federal, estaduais e municipais. De acordo com Nunes (2001, p. 105), em um contexto mais amplo, a política do grupo Escola Nova visou alterar “profundamente o *habitus* pedagógico, combinando a renovação da formação docente com uma séria tentativa de reformar os costumes das famílias. Os escolanovistas eram defensores do método da Escola Ativa, um modelo educacional mais próximo do norte-americano que obedecia a um sentido mais regionalista e adaptado às necessidades dos estudantes.

Entretanto, no país, durante a década de 1920 e prolongado para a década de 1940, ocorreram efervescentes embates políticos e ideológicos educacionais. Além do grupo dos modernizadores, a historiografia educacional brasileira identificou os “nacionalistas”, localizados principalmente entre os intelectuais católicos.

Em 1931, o governo federal, com a reforma de Francisco Campos, organizou o ensino seriado e permitiu o ensino religioso nas escolas. Este último gerou conflitos entre os nacionalistas e os educadores modernizadores, que lutaram pelo ensino laico e defenderam que a escola não era lugar de imposições de doutrinação; por essa razão, o ensino religioso deveria ser facultativo na proposta da lei federal. O discurso dos nacionalistas foi acentuado durante o ministério de Gustavo Capanema, no regime autoritário do Estado Novo, que realizou mudanças substanciais na educação.

Os nacionalistas buscaram desenvolver na população brasileira uma educação patriótica, isso porque para eles os valores nacionais precisavam ser inculcados na sociedade para facilitar a aceitação da autoridade dos seus líderes. Com a implantação do



Estado Novo existiu a estratégia de construção de um pensamento político legitimador da autoridade do Estado “enquanto princípios tutelar da sociedade. O Estado passou a dirigir a modernidade, eliminando aspectos potencialmente democráticos e realizando uma intervenção autoritária” (NUNES, 2001, p. 107).

Nesse contexto, a Geografia se mostrou um saber ainda mais relevante às autoridades oficiais, junto com a disciplina de História. Importantes pesquisadores da história da Geografia escolar (ISSLER, 1973; ROCHA, 1996; VLACH, 1988) analisaram a valorização da disciplina de Geografia no programa curricular pelo governo federal, tanto que na reforma de Francisco de Campos ela foi incorporada em todo programa do ciclo fundamental do ensino secundário (total de quatro anos). Em um segundo momento, na reforma Capanema, ela passou a ocupar a grade curricular do primeiro e do segundo ciclos do ensino secundário (total de sete anos).

No contexto do Estado Novo, a Geografia escolar era preponderante no programa curricular federal, com o propósito de desenvolver saberes, valores e práticas que contribuíssem para desenvolver um sentido nacionalista/patriota entre os jovens. Existiu a preocupação de estruturar um controle estatal ideológico-cultural no Brasil como forma de conter o avanço dos movimentos sociais ou políticos, como os anarquistas (SILVA, 1996), perante um governo autoritário.

Delgado de Carvalho é reconhecido como um dos primeiros responsáveis por introduzir a Geografia moderna no ensino do país, antes mesmo da sua institucionalização acadêmica. Além disso, foi um dos intelectuais envolvidos com o movimento escolanovista e, em 1932, assinou o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. Contudo, cabe reiterar que o movimento não era um grupo homogêneo, de tal maneira que Delgado de Carvalho (*apud* ROCHA, 1996, p. 282) corroborou o ensino patriótico no currículo de Geografia, na perspectiva de desenvolver uma educação cívica:

O estudo do Brasil-território e do Brasil-povo é a base científica de todos os demais estudos sobre a nacionalidade. [...] [Este estudo] leva a estabelecer bases científicas de uma educação cívica esclarecida e robusta, e não apenas ingênua, superficial, “ufanista” e cega.

De acordo com Rocha (1996, p. 286), Delgado de Carvalho acreditou na necessidade de desenvolver um sentimento patriótico para a edificação de um Estado forte e interventor, mesmo que fosse a partir de um governo autoritário, considerado por ele como a única forma de “estabelecer a paz e a tranquilidade necessária de construção de uma nação moderna e forte”. Por fim, é importante reiterar que Carvalho era um



intelectual influente, principalmente no Distrito Federal, sendo professor catedrático no Colégio Pedro II. Participou também da Comissão Nacional do Livro Didático, na elaboração de currículos oficiais do governo federal e em diversas palestras para formação de professores na Universidade do Ar.

REVISTA GEOGRAFIA E O SABER ESCOLAR

A revista *Geografia* foi criada em 1935, antes mesmo de a AGB completar um ano de fundação. A produção de um periódico contribuiria para que a entidade pudesse se apresentar e divulgar sua produção acadêmica junto à comunidade científica nacional e internacional, projetando assim a conquista de reconhecimento e relevância de suas pesquisas e outras atividades. A revista teve uma curta duração, até 1936, com um número relevante de publicações – no total, foram oito edições. Como visto, o segundo número diz que o material teve uma boa aceitação dos docentes do ensino escolar. Se houve certo excesso dos seus editores ao informarem que a revista *Geografia* “obteve do público brasileiro uma acolhida inesperada” (*Geografia* nº 2, 1935, p. 116), não se pode descartar a relevância da publicação, porque no momento da sua inauguração eram poucos os periódicos que tratavam de Geografia e, sobretudo, do território brasileiro³. A criação da revista teve a pretensão de atingir um grande público e contribuir na formação de uma escola geográfica brasileira.

A publicação desse novo periódico geográfico poderia contribuir como uma referência bibliográfica nos cursos de formação de docentes no ensino superior ou na própria atualização/estudo do docente que já lecionava no ensino secundário.

À medida que novos números da revista *Geografia* eram publicados, a comissão de redação incorporou novas seções, como a criação do “Boletim da AGB”, “Livros” e “Notas e críticas”. É importante comentar que o periódico teve também como objetivo mostrar o cotidiano da associação (reuniões, excursões e outros) e debates apresentados em suas assembleias. Os estudos apresentados nas assembleias, normalmente, eram publicados na *Geografia*. Diante disso, a partir dessa revista é possível compreender e recuperar parte do pensamento e das ações dos membros desse período, atuantes e construtores cotidianamente da entidade dos geógrafos em São Paulo.

³ Na documentação do acervo Caio Prado Júnior, no IEB, existem registros de atas das assembleias ordinárias e cartas de diferentes pedidos de aquisição da revista *Geografia*, tanto para uso individual quanto de instituições particulares ou públicas.



Dentre as oito edições da revista *Geografia*, foram destacados os seguintes textos que tratam mais diretamente do saber escolar (Quadro 1):

Quadro 1 – Artigos da revista Geografia que tratam do saber escolar (1935-1936)

Ano	Ano/nº	Título	Autor
1935	I / nº 2	Regiões e paisagens do Estado de São Paulo: primeiro esboço de divisão regional	P. Deffontaines
1935	I / nº 4	O ensino secundário de Geografia	Monbeig, P., Azevedo, A. de e Carvalho, M. C. V. de
1935	I / nº 4	Aroldo de Azevedo: Geografia Humana (curso pre-jurídicos); Geografia para quarta série. Vols. XXVI e XXXVIII da Biblioteca Pedagógica Brasileira. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1934 e 1935	Monbeig, P.
1936	II / nº 1	Excursão ao morro do Jaraguá e Visitas às Cia. Docas de Santos	Orlandi, J. O.
1936	II / nº 1	O film cinematographico na geographia	Orlandi, J. O.
1936	II / nº 4	O ensino da Geografia no curso secundário	Azevedo, A. de
1936	II / nº 4	A excursão no ensino da Geografia	Silveira, J. D. da

Org. Maria Rita de Castro Lopes.

O texto escrito por Pierre Deffontaines, “O primeiro esboço de regionalização do Estado de São Paulo”, comentou a falta de pensar cientificamente o extenso território paulista. De acordo com o geógrafo francês, as divisões regionais existentes em São Paulo “[...] acham-se aqui ainda totalmente na infância. Na falta de melhor, adotou-se a divisão arbitrária criada pelas companhias de estradas de ferro” (DEFFONTAINES, 1935b, p. 119). Ao realizar a regionalização, ele teve como base as transformações da paisagem e a expansão cafeeira no território do estado. A importância de uma sistematização científica sobre o território paulista foi lembrada como uma forma de contribuição para os estudos dos secundaristas.

Pierre Deffontaines, após retornar à França, manteve seu diálogo com a AGB por meio de correspondência. O geógrafo francês, em uma carta a Caio Prado Júnior, escreveu sobre a sua preocupação em continuar recebendo alguns dados, fotos e pesquisas para desenvolver a primeira tentativa científica de divisão regional do estado de São Paulo⁴. Por último, o geógrafo preocupou-se com a repercussão do seu estudo “principalmente no ensino regional dos cursos secundários” (IEB, Doc. 02.01.01.07)⁵. Na carta seguinte, Pierre Deffontaines informou a Caio Prado que a carta mural das regiões do Estado de

⁴ Primeiramente, o esboço do trabalho foi publicado na revista *Geografia*, em 1934, “Regiões e paisagens do Estado de São Paulo- Primeiro esboço de divisão regional”.

⁵ Em 1935, Caio Prado Júnior escreveu para Júlio de Mesquita falando sobre o interesse em publicar a carta mural do estado de São Paulo (IEB, Doc. 02.01.01.05).



São Paulo estava sendo impressa e logo mais seria enviada para o Brasil (IEB, Doc. 02.01.01.09).

O texto publicado na *Geografia*, apesar de ser o primeiro esboço de divisão regional de Deffontaines, “Regiões e paisagens do Estado de São Paulo”, não conta com nenhuma produção cartográfica; no entanto, o material contém fotografias de várias regiões do território paulista. Em 1936, foi publicada a continuação do estudo nos *Annales de Géographie*, “Pays et paysages de État de Saint-Paul: première esquisse de division régionale”, em que foi publicado o mapa “Régions naturelles de l’ état de Saint-Paul”⁶, com 19 regiões.

Realizar uma regionalização do estado de São Paulo empreendia grande esforço em decorrência da escassez de recurso financeiro para a realização de excursões e a limitação de estudos e dados sobre o território paulista; de certo modo, exigiu um esforço coletivo dos membros da entidade. Como se observou na carta que Caio Prado Júnior recebeu de Pierre Deffontaines, este estava realizando o trabalho diretamente da França, onde estruturaria o embasamento científico da regionalização a partir de informações já coletadas por ele e outras que eram coletadas por alguns membros da associação. Desde o início da fundação da AGB, em 17 de setembro de 1934, a elaboração da regionalização do estado de São Paulo era um dos objetivos a serem tratados pela entidade, principalmente por Pierre Deffontaines, como é possível constatar na sua ata de fundação (IEB, Doc 01.02.01, livro de atas de reuniões).

Influenciar no conhecimento da disciplina escolar também tem sua importância para os cientistas, porque ela contribui na difusão e no reconhecimento social de determinados saberes que são desenvolvidos na academia (CAPEL, 1989). O fato de Deffontaines ser um geógrafo experiente, vindo de um país no qual o ensino básico era mais estruturado, talvez permitisse a ele compreender a relevância dessa etapa do ensino para mudar certas tradições geográficas, haja vista a preocupação do geógrafo francês no desenvolvimento de estudos regionais que seriam apresentados às escolas básicas, extrapolando a academia e as demais instâncias governamentais.

É interessante constatar que a regionalização, com o passar do tempo, tornou-se uma vulgata do ensino de Geografia brasileiro. Alguns pesquisadores compreendem que a regionalização foi uma proposta de modernização do ensino de Geografia no país

⁶ Disponível em: https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1936_num_45_253_18590. Acesso em: 22 maio 2021.



(PONTUSCHKA *et al.*, 2007; ROCHA, 1996) para romper com um ensino baseado na enumeração de dados.

Foi na quarta edição que surgiram os textos que trataram ou dialogaram pontualmente com o saber geográfico escolar, dentre eles se destaca “O ensino secundário de Geografia”, apresentado na seção “Críticas e notas”, escrito em 1935. A leitura da proposta curricular da AGB permitiu compreender mais profundamente sobre os saberes geográficos que eram socialmente valorizados pela entidade e selecionados por seus membros devido a sua importância no ensino e na aprendizagem nessa etapa de escolarização.

No dia 4 de novembro de 1935, durante a 22ª reunião ordinária da AGB, Aroldo de Azevedo pediu a palavra e sugeriu a primeira proposta educacional da entidade, um projeto de programa para o ensino secundário de Geografia (IEB, Doc. 01.02.23), para ser apresentada ao Ministro da Educação. Azevedo, que ainda não tinha ingressado no curso da FFCL, possivelmente, era um dos sócios mais atentos às reformas e aos acalorados debates educacionais do período, por ser professor do ensino básico e autor de livro didático. Após a proposta ser aceita pela assembleia, Pierre Monbeig, Aroldo de Azevedo e Maria Conceição Vicente de Carvalho ficaram incumbidos de criar o programa de ensino da disciplina de Geografia para o curso secundário, que foi aprovado na assembleia seguinte pelos outros membros e, em seguida, enviado para do governo federal e estado de São Paulo.

Nas cartas enviadas as autoridades redigiram o seguinte texto, assinado pelo secretário Caio Prado Júnior (IEB, Doc. 02.02.03):

São Paulo, 16 de novembro de 1935

Exmo. [...]

Tenho a honra de passar às mãos de V. excia. o projeto de programa para o ensino da Geografia nos cursos secundários, elaborado por uma comissão designada para este fim pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, de S. Paulo, e composta dos Srs. Pierre Monbeig, da Universidade de S. Paulo, Dr. Aroldo de Azevedo e D. M. Conceição Vicente de Carvalho.

A A.G.B. tomou esta iniciativa porque trata-se no momento atual da reforma do nosso ensino secundário, e no cumprimento do seu programa, ela não poderia deixar de trazer esta sua contribuição que ora tem a honra de submeter á esclarecida apreciação de V. Excia.

Aproveito o ensejo para apresentar a V. Excia. os protestos da minha alta estima e destinta consideração.

Caio Prado Júnior
Secretario



A proposta curricular foi elaborada da primeira até a quinta série do ensino secundário, etapa denominada como ensino ginásial. A princípio os autores defenderam a necessidade de modernização do ensino de Geografia para superar o ensino mnemônico, “para uma compreensão científica da matéria”. No entanto, existia uma preocupação pedagógica, alertando aos professores que a finalidade intelectual do ensino de Geografia no ensino secundário não era formar geógrafos, mas sim desenvolver uma “cultura geral e não de especialidades” (MONBEIG *et al.*, 1935, p. 77).

Os autores prescreveram, a princípio, como deveriam ser as principais características de aprendizagem em cada série⁷. Em seguida, expuseram uma lista concisa com os conteúdos para cada uma delas. Enfatizaram a necessidade de iniciar o ensino secundário com conteúdos concretos, mais próximos da realidade dos estudantes. Sugeriram que gradativamente os estudantes fossem expostos aos conteúdos abstratos equivalentes à Geografia Geral. Essa perspectiva, partir do concreto para o abstrato, ou do local para o geral, aproximou-se à concepção de ensino que atualmente chamamos de círculos concêntricos, apesar de não usarem essa denominação ao longo do texto, que era também utilizada na disciplina de História. Pode-se dizer que, nesse período, o método de ensino a partir do círculo concêntrico não era nenhuma novidade, já havia um consenso na comunidade pedagógica sobre sua importância, inclusive era apoiado pelos entusiastas do movimento Escola Nova.

Nas listas de conteúdos estão presentes alguns elementos que guardam cunhos típicos do ensino de Geografia na década de 1930, a exemplo do conteúdo de astronomia na primeira série, muito próximo aos currículos contemporâneos, como também existem conceitos que não são mais usuais no ensino da disciplina, por trazerem uma visão organicista sobre o social e uma perspectiva hegemônica da cultura europeia em relação às outras formas de cultura, como o estudo do “Homem e o meio: gênero de vida”, além de “Graus de civilização” e “Raças”. Esses termos demonstram a influência francesa da

⁷ Em suma, a primeira série deveria ser mais concreta e familiar, partindo da Geografia local e brasileira, para aos poucos conduzir ao geral. Na segunda série o ensino deveria ser voltado aos estudos dos continentes, apesar da proposta de trazer uma Geografia Moderna, que substituiria o antigo sistema nomenclatura e mnemônico; no entanto, não se tratou de radicalizar e eliminar qualquer tipo de nomenclatura na proposta curricular, “mas sim incorporá-lo ao ensino de modo inteligente e refletido” (MONBEIG *et al.*, 1935, p. 78). Na terceira série, propunha-se estudar a Geografia do próprio país. Na quarta série, o estudo era voltado à Geografia Geral, caracterizado pelos autores como o ano no qual os estudantes encarariam mais conteúdos científicos e abstratos para compreender o que é a ciência geográfica. Por último, no quinto ano, ressaltava-se que no ano seguinte os discentes ingressariam no ensino superior, por isso aspectos da Geografia Geral deveriam ser aprofundados, como relações políticas, cultura geral, economia e meio físico.



Geografia vidalina na proposta curricular. Para a AGB, era importante incorporar esses novos léxicos no cotidiano escolar das aulas de Geografia, com possibilidades de prescrições curriculares, formações de professores e livros didáticos, entendendo que era uma forma de modernizar o ensino da disciplina.

Apesar de a proposta curricular envolver uma aura de cientificidade, seus elaboradores reconheceram que o objetivo da Geografia no ensino secundário não era a formação de geógrafos. De acordo com Goodson (2001), uma proposta curricular não deve ser lida e compreendida como um catálogo desligado de intencionalidades. A ciência geográfica estava se institucionalizando no ensino superior paulista, sendo importante a transposição dos saberes geográficos legitimados pela associação para o ensino escolar e sua introdução na cultura escolar, para romper com o conhecimento considerado mnemônico, como foi apresentado no subcapítulo anterior. Os autores do currículo faziam parte da FFCL-USP, local em que seria formada parcela significativa dos futuros professores e, por essa razão, dariam suporte para a implementação dessa proposta curricular, caso tivesse sido viabilizada.

A AGB era uma comunidade científica recém-criada, com apenas um ano, e ainda com poucos membros. Enviar uma proposta curricular poderia ser uma estratégia para receber mais reconhecimento de outras instâncias governamentais, que ultrapassassem o território de São Paulo. Deve-se lembrar que, nesse momento, os políticos e a elite paulista disputavam hegemonia com o governo federal⁸, situado no Rio de Janeiro.

Foram localizadas apenas duas cartas das autoridades educacionais que são devolutivas da proposta curricular da AGB. Uma está registrada no nome do chefe da educação secundária e normal do governo federal, Eusébio P. Thomazzo, que acusou e agradeceu o envio da proposta de Geografia. A outra foi escrita por Carlos Drummond de Andrade, enquanto técnico do Ministério da Educação, que também acusou o recebimento e agradeceu, e em seguida informou que a contribuição seria considerada, com apreço, pelo órgão técnico do ministério (IEB, Doc. 02.02.46). Infelizmente, continua uma lacuna, pois não foram localizados outros documentos históricos que mostrassem mais devolutivas e continuidade de diálogo com os gestores públicos em relação ao envio da proposta curricular. Desse modo, não é possível afirmar o quanto a proposta elaborada pela AGB influenciou na elaboração do programa curricular oficial,

⁸ Apenas em 1936 foi criada a AGB no Rio de Janeiro.



mas certamente pode-se inferir que os saberes selecionados na proposta estiveram presentes nos cursos oferecidos pela associação aos professores e nos livros didáticos de Aroldo de Azevedo.

Ao realizar uma breve comparação entre a proposta curricular da AGB e o programa curricular do governo federal, durante a gestão Francisco Campos, desenvolvida por Delgado de Carvalho e outros colaboradores, é possível identificar algumas semelhanças entre os conteúdos selecionados por ambos. Dois elementos diferenciam o saber entre eles; um é a ordenação do conteúdo, por exemplo: na proposta da AGB, a Geografia do Brasil se concentrou exclusivamente na terceira série (Geografia Geral do Brasil), enquanto no programa oficial a Geografia do Brasil está na segunda (Geografia Física do Brasil), na terceira (Geografia Política e Econômica do Brasil) e na quarta séries (Geografia Regional do Brasil), junto com outros conteúdos. A presença da Geografia do Brasil reforçada em todas as séries indica que a seleção de saberes pelo governo federal, nesse momento, já tinha o propósito de desenvolver um sentido nacionalista/patriota no ensino básico, ao passo que a proposta curricular de Geografia da AGB não possuía um conteúdo de Geografia do Brasil tratado de forma tão profunda e sistemática. Existiu a presença de parte prática contemplada em todas as séries do currículo oficial, que na proposta da AGB só apareceu na quarta série (“leitura de cartas topográficas. Leituras de cartas meteorológicas. Explicação de estatística e de gráficos. Excursões”) (AZEVEDO, 1935, p. 82).

Pierre Monbeig, na quarta edição, apresentou outro texto que fez considerações positivas dos dois livros de Geografia Humana publicados por Aroldo de Azevedo⁹, um para os cursos pré-jurídicos e outro para a quarta série¹⁰. Exaltou que os livros didáticos de Azevedo envolveram propostas próximas às dos livros de Delgado de Carvalho, envolvendo o ensino de Geografia Moderna, por apresentarem ao aluno uma “geografia racional e científica”. Para Monbeig, o mérito fundamental de Azevedo apoiou-se em abandonar “completamente as fastidiosas enumerações, de nomes e algarismos”

⁹ Na quarta edição, “Reflexões sobre um trabalho inútil”, escrito por Pierre Monbeig em duas páginas, faz-se uma crítica negativa severa a um texto publicado pela *Revista do Instituto de História e Geografia do Estado de São Paulo* em 1935, de Affonso A. de Freitas, “Capítulos de Geografia Physica de S. Paulo”. O autor colocou que o texto exagerou na enumeração de nomes e dados da Geografia Física. Aproveitou também para valorizar as pesquisas geográficas desenvolvidas pelos agebeanos, classificando-as como modernas.

¹⁰ Aroldo de Azevedo havia realizado a doação de um exemplar de cada livro para a AGB no dia 1º de junho de 1935, quando se tornou também sócio da entidade dos geógrafos (IEB, Doc. 01.02.18 e 02.01.03.07).



(MONBEIG, 1935, p. 96). No entanto, o geógrafo francês não se eximiu de levantar um ponto negativo nas obras, porque ambas negligenciaram os elementos da Geografia Física, tão necessários para analisar e compreender dados das atividades humanas e econômicas na Geografia Regional. Ele ressaltou que é “preciso não cair nos mesmos excessos, mas inversos, dos passados defensores de um determinismo geográfico estreito” (MONBEIG, 1935, p. 97).

É substancial ressaltar a importância dos livros didáticos nesse período, pois na inexistência de uma organização curricular, muitas vezes, eram os livros didáticos que unificavam as ideias do que deveria ser ensinado na escola. Tanto os professores quanto os autores dos livros didáticos não possuíam uma formação específica em Geografia (ALBUQUERQUE, 2011, p. 42), assim como Aroldo de Azevedo, quando escreveu esses dois livros, ainda não tinha ingressado como estudante do curso de Geografia.

Nas últimas revistas *Geografia*, em 1936, lançaram uma proposta voltada ao ensino, denominada de “Cadeira de Geografia”. Essa seção teve a intenção de registrar as atividades desenvolvida na FFCL, possuindo alguma relação com a Geografia desenvolvida no ensino secundário e contribuindo para uma renovação pedagógica a partir de práticas e uso de materiais didáticos.

Em 3 de junho de 1935, José de Oliveira Orlandi se tornou sócio da AGB (IEB, Doc. 01.02.15), tendo uma participação significativa na entidade em 1936, como secretário do periódico e realizando publicações na seção de ensino, no qual apresentou alguns procedimentos metodológicos e recursos didáticos para o trabalho com a Geografia nos ensinos superior e básico. Orlandi foi professor em uma escola primária pública e publicou material didático de alfabetização em 1930. Em 1937, licenciou-se na primeira turma do curso de Geografia e História da FFCL-USP. Ademais, trabalhou como jornalista no jornal *O Estado de São Paulo* e foi um dos fundadores do Museu da Aeronáutica no Parque do Ibirapuera. Orlandi parece ter sido uma pessoa versátil e, provavelmente, a sua atuação na AGB ocorreu enquanto educador e jornalista. Ele publicou dois textos: “Excursão ao morro do Jaraguá” e “Visitas às Cia. Docas de Santos”, no qual fez um registro dos trabalhos de campo realizados pela entidade. E escreveu os textos “Methodo de Geographia Humana” e “O film cinematographico na Geografia”.

Em o “Methodo de Geographia Humana”, Orlandi (1936) elencou os principais pontos da palestra proferida pelo professor Pierre Monbeig no Instituto de Educação da



Universidade de São Paulo. Em suma, o interessante desse relato é a necessidade de apresentar a geografia enquanto “um ensino vivo, concreto”, a partir da “confeção e interpretação de mapas, interpretação de fotografias, leituras” e das excursões didática. De acordo com Lira (2017), para Monbeig “os princípios geográficos são apresentados junto às práticas e exercícios que se fundamentam pela valorização do concreto: ancoram-se no trabalho de campo e na descrição da paisagem” (LIRA, 2017, p.179). A proposta curricular elaborada pela associação em 1935 já apresentou essa necessidade de trabalhar com o concreto, principalmente com as crianças mais novas, para depois introduzir os temas mais abstratos, conforme progredia no ensino secundário. A palestra foi realizada a pedido do Instituto de Educação, provavelmente o seu público fosse principalmente o de professores do ensino primário.

Em “O film cinematographico na Geografia”, escrito também por Orlandi, nota-se uma preocupação com a didática-pedagógica do ensino de Geografia nas escolas que não foi observada anteriormente em outros textos. É provável que essa preocupação seja resultado da sua experiência enquanto diretor e organizador da Biblioteca Central Pedagógica da Secretaria de Educação, cargo que assumiu em 1936, sendo idealizador do cinema educativo e estudando a sua melhor forma de expansão nos estabelecimentos de ensino, algo que era muito incentivado pelos escolanovistas. Orlandi, no texto, apresentou o filme como um instrumento a ser utilizado para a educação geral. O autor teve contato com uma revista francesa chamada *Film* e comentou sobre um artigo desenvolvido pela professora de Geografia Geneviève Verger-Tricom, do Liceu de Moços de Tourcoing, que escreveu sobre a sua experiência com filme em sala de aula. Orlandi ressaltou que a Geografia na escola deve contribuir com o “saber observar” e o “saber compreender”. Como os filmes são dinâmicos, o professor pode pausar ou usar uma luz para salientar no vídeo as observações necessárias aos seus estudantes. Vale comentar que o uso de filme como um recurso didático para a aprendizagem da Geografia escolar era um interesse do José Orlandi e não de outros membros da associação, porque não foi identificado outro texto que abordasse o tema nos periódicos da entidade durante o período investigado.

Aroldo de Azevedo, em sua publicação “O ensino de Geografia no ensino secundário”, iniciou com uma narrativa da Geografia escolar no país, descrevendo-a como desinteressante e cansativa, com “citações incríveis de nomes e números, sem qualquer observação de fundo científico, sem uma só dedução dos dados obtidos, sem uma conclusão tirada da observação dos fatos” (AZEVEDO, 1936, p.2). O autor



distinguiu com qualidades positivas a Geografia que era proposta por Delgado de Carvalho, assim como na Europa e nos Estados Unidos. Em seguida, o geógrafo reconheceu que para mudar a concepção de Geografia na escola, a fim de que fosse plantada “semente de boa orientação e dos novos métodos”, era necessário oferecer a oportunidade de formação dos professores. Desse modo, para ele essa semente iniciou-se com a reforma de 1934, possibilitando a criação da FFCL-USP e da AGB:

Quer-nos que, pelo caráter e pelos meios de que dispor, deve caber à ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS a alta missão de trazer para o bom caminho as ovelhas desgarradas que inda não quiseram se convencer das vantagens dos novos métodos. Procurar, por todos os modos, combater tal anacronismo, por em realce as modernas diretrizes do ensino geográfico e dar ânimo ao que se propõem realizar alguma coisa de última, nesse sentido. (AZEVEDO, 1936)

Azevedo citou a necessidade de recrutar uma “campanha” com ações estratégicas para divulgar e ensinar a Geografia Moderna entre os professores do secundário e, em seguida, esses profissionais ensinariam nas escolas. Para o autor, o método moderno era tão revolucionário que se fazia necessário ensiná-lo de forma prudente e por etapas, para não chocar e gerar repulsa entre os professores.

João Dias da Silveira (1936) descreveu de forma minuciosa as etapas de preparação de uma excursão didática para os professores do ensino escolar a partir da realidade francesa, na qual é conhecida como “lições das coisas”. Em seguida, comentou que tal método de ensino no Brasil é pouco utilizado. Para ele, por isso a “Geografia ai deturba, falha, desinteressante, por isso que perde seu aspecto de estudo da realidade imediata” (SILVEIRA, 1936). Conforme o relato de um aluno de Silveira de quando ele era professor do ginásio, ao realizar uma excursão didática: “Ficamos encantados com o panorama de lá divisamos e por verificarmos a realidade do que teoricamente havíamos estudado” (SILVEIRA, 1936).

É possível notar na revista *Geografia* uma preocupação com o saber geográfico escolar e sua transmissão ao abordar textos que trataram de recursos didáticos como o trabalho de campo e a utilização de filmes. De certo modo, pensando na dimensão pedagógica, eles se aproximaram do método da Pedagogia Ativa do movimento escolanovista. No entanto, quanto à preocupação de superar a Geografia Mnêmica e difundir e criar uma hegemonia da Geografia Moderna, entende-se como a preocupação central da AGB.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As produções dos periódicos da associação foram de extrema importância, por causa dos poucos materiais de referência presentes nos cursos superiores de Geografia. Além disso, muitos dos materiais eram estrangeiros, principalmente na língua francesa, tratando da realidade europeia e das suas colônias. A partir dessas produções, juntamente com os materiais adquiridos por permutas, a entidade acervo de pesquisa e estudo para graduandos, formados em Geografia ou outros interessados.

A geografia desenvolvida na França, reconhecida como Geografia Moderna no nível teórico e metodológico, por um longo tempo teve impacto expressivo na trajetória da Geografia desenvolvida nas universidades brasileiras. Portanto, observou-se que a produção e a circulação da revista *Geografia* foram importantes para a inserção e a difusão da Geografia Moderna, considerada científica, tanto na formação acadêmica quanto nas pesquisas ou na formação de professores.

As preocupações pedagógicas que consiste nos “movimentos, ações e iniciativas para a transformação do conhecimento em conhecimento que possa ser aprendido” (GOODSON *et al.*, 2018, p.18), consistiram em sugestões de práticas partindo da concretude ao abstrato e da utilização de alguns materiais didáticos (principalmente mapas, filmes e trabalhos de campo). Porém, a pouca preocupação com o processo de ensino e aprendizagem não era apenas da AGB. Pesquisas mostraram, em geral, que a prática do professor não era uma preocupação do ensino secundário; por exemplo, o interesse pelos métodos ativos do movimento escolanovista estiveram mais presentes nas ações do ensino primário (BITTENCOURT, 1990; ISSLER, 1973).

Por fim, o conhecimento que a associação desejou transmitir a partir do periódico não era “aleatório e inocente”. A AGB se responsabilizou por ser porta-voz do conhecimento moderno, concebendo o saber escolar como um conhecimento requerente de uma conformidade com o científico. Os membros da associação estrategicamente sabiam da importância da escola como um lugar de transmissão do conhecimento, contribuindo para a ruptura com a Geografia mnemônica, em defesa de um modelo da Geografia dita como moderna.

FONTES SELECIONADAS

IEB. Acervo Caio Prado Júnior. Doc 01.02.01.



IEB. Acervo Caio Prado Júnior. Doc. 01.02.15.

IEB. Acervo Caio Prado Júnior. Doc. 01.02.18.

IEB. Acervo Caio Prado Júnior. Doc. 01.02.23.

IEB. Acervo Caio Prado Júnior. Doc. 02.01.01.07.

IEB. Acervo Caio Prado Júnior. Doc. 02.01.01.09.

IEB. Acervo Caio Prado Júnior. Doc. 02.01.03.07.

IEB. Acervo Caio Prado Júnior. Doc. 02.02.03.

IEB. Acervo Caio Prado Júnior. Doc. 02.02.05.

IEB. Acervo Caio Prado Júnior. Doc. 02.02.46.

IEB. Acervo Caio Prado Júnior. Doc. 02.02.51.

O Estado de São Paulo. A Associação dos Geographos Brasileiros: a adesão dessa entidade ao Conselho Nacional de Geographia – O que será o orgam de divulgação do Conselho – caso da revista “Geographia” – A colaboração da Associação dos Geographos Brasileiros no Conselho Nacional”. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 jun. 1938, p.13.

REFÊRENCIA BIBLIOGRÁFICA

AB’SABER, Aziz Nacib. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 08, n. 22, p.221-232, 1994.

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins. Dois Momentos na História da Geografia Escolar: a Geografia clássica e as contribuições de Delgado de Carvalho. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**. Campinas, v. 01 n. 02, 2011. pp. 19-51.

AZEVEDO, Aroldo de. O ensino da Geografia no curso secundário. **Geografia**, São Paulo, n. 04, p.02, 1936.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Pátria, Civilização e Trabalho**: o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1970). São Paulo: Loyola, 1990. 227 p.

CAPEL, Horácio. História de la ciencia e história de las disciplinas científicas: objectivos y bifurcaciones de um programa de investigación sobre historia de la geografia. **Cuadernos críticos de Geografia Humana**. Barcelona, ano 12, n. 84, 1989. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/geo84c.htm>>.

DEFFONTAINES, Pierre. A associação dos geógrafos brasileiros (Introdução). **Geografia**. **Geografia**, São Paulo, ano 1, n. 01, p. 07-09, 1935a.



- DEFFONTAINES, Pierre. Apresentação. **Geografia**, ano 01, n. 02, p.1, 1935b.
- DEFFONTAINES, Pierre. Regiões e paisagens do Estado de São Paulo- Primeiro esboço de divisão regional. **Geografia**, ano 01, n. 02, p. 117-169, 1935c.
- GOODSON, Ivor. **Currículo**: teoria e história. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2018. 160 p.
- GOODSON, Ivor. **O Currículo em Mudança**: estudos na construção social do currículo. Porto: Porto Editora, 2001. 230 p.
- ISSLER, Bernardo. **A Geografia e os Estudos Sociais**. 253f. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1973.
- LIRA, Larissa de Alves. **Pierre Monbeig e a Formação da Geografia Brasileira**: uma ciência no contexto do capitalismo tardio. Erosão de valores literários, “tentação à ação” e sistematização do método (1925-1957). 2017. 418 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- MONBEIG, Pierre; AZEVEDO, Aroldo de; CARVALHO, Maria Conceição Vicente de. O ensino secundário de Geografia. **Geografia**, São Paulo, ano 01, n. 01. p.77-85, 1935.
- MONBEIG, Pierre. Aroldo de Azevedo: geografia Humana (curso pre-juridicos); Geografia para quarta série. Vols. XXVI e XXXVIII da Biblioteca Pedagógica Brasileira. Companhia Editora Nacional, São Paulo. **Geografia**, ano 01, n. 04, p. 96-97, 1934/1935.
- NUNES, Clarice. As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no governo Vargas. In. BOMENY, Helena (org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p.103-124.
- PONTUSCHKA, Nídia Nacib; TOMOKO, Iyda Paganelli; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 383 p.
- ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. **A trajetória da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro (1837-1942)**. 1996. 302 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1996.
- SEABRA, Manoel. Os primeiros anos da associação dos geógrafos brasileiros: 1935-1945. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 22, p. 13-68, 2004.
- ORLANDI, José de Oliveira. Methodologia do ensino de geographia. **Geografia**, São Paulo, 1936.
- VLACH, Vânia Rubia Farias. **A propósito do ensino de geografia**: em questão, o nacionalismo patriótico. 212 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.